



DIÁRIO OFICIAL

Instituído pela Resolução nº 04, de 23 de maio de 2017.

Poder Legislativo

Santa Bárbara d'Oeste
www.camarasantabarbara.sp.gov.br

Paulo César Monaro
Presidente

Celso Luís de Ávila Bueno
Vice-Presidente

Valdenor de Jesus G Fonseca
1º Secretário

Reinaldo de Oliveira Casimiro
2º Secretário

Santa Bárbara d'Oeste, terça-feira, 10 de dezembro de 2024

Ano VIII | Edição nº 1050 | Página 1 de 13

ATOS ADMINISTRATIVOS

CONTRATO

CONTRATO Nº 26/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8825/2023

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE E A EMPRESA EXCELLENCE COMERCIAL LTDA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO E CORTINAS DE AR, INCLUINDO SERVIÇOS DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS USADOS E INFRAESTRUTURA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, INSUMOS E MÃO DE OBRA, NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE.

São partes neste contrato:

CONTRATANTE:

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE, com sede na Rodovia SP 306 nº 1001, Bairro Jd. Primavera, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob nº 52.154.549/0001-34, daqui em diante designada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu PRESIDENTE, Sr. PAULO CÉSAR MONARO, RG nº **941.9**-** - SSP/SP, CPF nº ***.595.04**-**.

CONTRATADA:

EXCELLENCE COMERCIAL LTDA, sediada na QUADRA SHCS CR QUADRA 502 BLOCO C LOJA 37 PARTE 2198 ASA SUL, na cidade de Brasília/DF, com CNPJ nº 00.171.258/0001-50, daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, representada pelo Sr. **JEAN DE MELO VITORINO**, RG nº **453** - SPTC-GO, CPF nº ***.157.40**-**.



FUNDAMENTO:

O presente Contrato decorre do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2024**, constante do processo administrativo protocolizado sob nº **8825/2023**, que faz parte integrante deste instrumento, incluído nele as regras do Termo de Referência e Anexos, e sujeita-se as regras da **Lei Federal nº 14.133/2021**, com as alterações introduzidas pelas leis posteriores, e pelas cláusulas seguintes:

1. CLÁUSULA 1 - DO OBJETO

1.1. Através do presente instrumento, a CONTRATADA obriga-se à prestação de serviços de fornecimento e instalação de aparelhos novos de ar-condicionado e novos de cortinas de ar, incluindo serviços de desinstalação de aparelhos usados e infraestrutura, com fornecimento de materiais, insumos e mão de obra, nas dependências da Câmara Municipal de Santa Bárbara D'oeste, de acordo com as especificações do **Termo de Referência – Anexo I e demais anexos** do edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2024 e demais disposições deste contrato.

1.1.1 Quantidade estimada:

Tipo de aparelho	Descrição resumida	Tipo de Serviço	Quantidade
Ar condicionado tipo 1	Cassete, 60.000 btus	Substituição	03
Ar condicionado tipo 2	Split hiwall, 30.000 btus	Substituição	03
Ar condicionado tipo 3	Split hiwall, 24.000 btus	Substituição	03
Ar condicionado tipo 4	Split hiwall, 12.000 btus	Substituição	36
Cortina de Ar tipo A	Horizontal, 180 cm, 220V	Instalação	03
Cortina de Ar tipo B	Horizontal, 90 cm, 220V	Instalação	02
Ar condicionado tipo 2	Split hiwall, 30.000 btus	Instalação	01
Ar condicionado tipo 4	Split hiwall, 12.000 btus	Instalação	01

1.1.2 Por substituição entende-se o serviço de remoção de um aparelho existente (condensadora e evaporadora) e a instalação de um aparelho novo (condensadora e evaporadora), incluindo suas respectivas infraestruturas (tubulações de cobre, isolamentos e cabo de comando evaporadora-condensadora).

1.1.3 Para os serviços de substituição, poderão ser aproveitados os pontos de alimentação de energia e de drenagem existentes no local, contanto que estes sejam adequados ao novo equipamento.

1.2. Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- a) Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2024 e seus Anexos;
- b) Proposta apresentada pela **CONTRATADA**;
- c) Ata da sessão do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2024.

2. CLÁUSULA 2 – DO VALOR E RECURSOS

2.1. O valor estimado do presente contrato é de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais).



2.2. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte classificação econômica constante do orçamento vigente da CONTRATANTE e na correspondente do exercício futuro:

4.4.90.52.00 – Equipamento e material permanente – R\$ 275.244,38 (duzentos e setenta e cinco mil duzentos e quarenta e quatro reais e trinta e oito centavos)

3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica – R\$ 44.755,62 (quarenta e quatro mil setecentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e dois centavos)

3. CLÁUSULA 3 – DA VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, que poderá ser prorrogado mediante apresentação de justificativa (escrita), que será analisada e deliberada pela Câmara.

4. CLÁUSULA 4 - DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Aplicar itens 4.1. a 4.4. do Termo de Referência (Anexo I);

5. CLÁUSULA 5 – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.1. Aplicar itens 4.6.1. a 4.6.10. do Termo de Referência (Anexo I);

6. CLÁUSULA 6 – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

6.1. Aplicar itens 4.5.1. a 4.5.8. do Termo de Referência (Anexo I);

7. CLÁUSULA 7 – DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS, FATURAMENTO E PAGAMENTO

7.1. Aplicar item 5 do Termo de Referência (Anexo I);

8. CLÁUSULA 8 - DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

8.1. A **CONTRATADA** não poderá transferir o presente Contrato, no todo ou em parte, nem poderá subcontratar os serviços ora contratados.

9. CLÁUSULA 9 – DA RESCISÃO

9.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, podendo a rescisão ser determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, na forma da lei.



10. CLÁUSULA 10 – DAS PENALIDADES

10.1. A inexecução total ou parcial do objeto desta contratação poderá acarretar, garantida a prévia defesa, a imposição das seguintes sanções previstas no art. 156 da Lei n.º 14.133/2021:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Impedimento de licitar e de contratar;

10.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar; e

10.1.4. Multa:

10.1.4.1. Multa de até 10% (dez por cento) do valor total do contrato, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida; e

10.1.4.2. Multa de até 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, em caso de inexecução total do contrato.

10.2. Em caso de descumprimento das obrigações assumidas constantes da Tabela 2, a multa será aplicada de acordo com a gravidade da infração, até o limite de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato (*independentemente do valor da fatura), conforme graus e condutas dispostas nas tabelas 1 e 2 abaixo:

TABELA 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5 % do valor do CONTRATO
2	2 % do valor do CONTRATO
3	3 % do valor do CONTRATO
4	5 % do valor do CONTRATO
5	10 % do valor do CONTRATO
6	15 % do valor do CONTRATO

TABELA 2			
INFRAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
01	Permitir a presença de empregado não uniformizado.	1	Por empregado ou por ocorrência
02	Manter empregado sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por empregado e por dia



03	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente.	2	Por ocorrência
04	Retirar das dependências do CONTRATANTE quaisquer equipamentos ou materiais, previstos em contrato, sem autorização prévia do responsável.	2	Por item e por ocorrência
05	Não comparecimento da equipe ao local de prestação dos serviços sem notificação prévia e sem motivo justificável.	2	Por dia
06	Executar serviço com qualidade ou técnica inferior ao contratado.	4	Por ocorrência
07	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato.	5	Por ocorrência
08	Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.	5	Por ocorrência
09	Recusar-se, sem motivo justificado, a executar serviço determinado pela fiscalização.	5	Por ocorrência
10	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais.	6	Por ocorrência
11	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	6	Por ocorrência
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:			
12	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições.	1	Por empregado e por dia
13	Manter a documentação de habilitação atualizada.	1	Por item e por ocorrência
14	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela fiscalização.	1	Por ocorrência

- 10.3.** O somatório de todas as multas aplicadas conforme item 10.2 não poderá ultrapassar o máximo de 15% (quinze por cento) do valor total do contrato.
- 10.4.** Ao atingir um total de 30% (trinta por cento) do valor do contrato em multas, ensejará a abertura de procedimento administrativo com vistas à rescisão unilateral do contrato e aplicação das penalidades cabíveis. Hipóteses em que imposição de penalidades à CONTRATADA não a exime de manter os serviços até o início da execução do novo contrato.
- 10.5.** As multas por inexecução parcial ou total do objeto poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.
- 10.6.** O valor resultante da aplicação de multas, que serão independentes e cumulativas, será preventivamente retido do pagamento e concedido prazo para defesa prévia e recurso, observando-se as disposições contidas nos artigos 157 e 158, da Lei nº 14.133, de 2021.



- 10.7.** Decorridos os prazos de defesa prévia e de recurso, e mantida a aplicação da multa, o valor correspondente será imediatamente recolhido à conta do Tesouro Municipal. Em não havendo retenção de pagamento, o recolhimento, por parte da CONTRATADA, será diretamente à conta do Tesouro Municipal. Caso haja acolhimento ou provimento parcial, o valor retido será devolvido à empresa no valor correspondente a aplicação da multa.
- 10.8.** Em caso de não pagamento do valor da multa aplicada, conforme estabelecido no subitem anterior, o valor da multa será inscrito em dívida ativa do Município.
- 10.9.** O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 10.10.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.10.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 10.10.2.** As peculiaridades do caso concreto;
 - 10.10.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 10.10.4.** Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE; e
 - 10.10.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.11.** Nos termos dos art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021, os atos previstos como infrações administrativas na referida Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 10.12.** A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 10.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.14.** A empresa proponente é responsável pela fidelidade e pela legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da contratação.
- 10.15.** A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a rescisão contratual sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

11. CLÁUSULA 11 – DOS RECURSOS

- 11.1.** As defesas e recursos contra punições impostas à contratada serão regidos pelos artigos 165, 166, 167 e 168 da Lei nº 14.133, de 2021, e poderão ser enviados por e-mail, exclusivamente ao endereço mencionado no ofício de notificação, sem prejuízo do encaminhamento dos originais no prazo estabelecido.
- 11.2.** A utilização de e-mail para apresentação de defesa prévia e recurso administrativo não exime a CONTRATADA de protocolizar diretamente os originais na Câmara Municipal, ou de providenciar o encaminhamento dos originais (em papel) via Correios, ambos no prazo de até 5 (cinco) dias após o término do prazo legal para apresentação de defesa prévia ou recurso administrativo.



11.3. O não protocolo dos originais no prazo estipulado, ou o protocolo de originais distintos daqueles apresentados por e-mail, acarreta o não conhecimento da manifestação administrativa apresentada por correio eletrônico.

12. CLÁUSULA 12 - DO FORO

12.1. Fica eleito o foro de Santa Bárbara d'Oeste - SP, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões relacionadas com o presente contrato que não puderem ser resolvidas pela via administrativa.

13. CLÁUSULA 13 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

13.2. A participação nesta Contratação Pública implica no conhecimento integral dos termos e condições nela inseridos, por parte dos proponentes, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

13.3. As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste instrumento.

13.4. As partes envolvidas se comprometem a observar as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados em razão desta avença, em especial quanto à finalidade, boa-fé e interesse público na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe a presente contratação.

13.5. E, por assim estarem justas e CONTRATADAS, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Santa Bárbara d'Oeste, 06 de Dezembro de 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

CONTRATADA

PAULO CÉSAR MONARO



EXCELLENCE COMERCIAL LTDA

CONTRATADA

JEAN DE MELO VITORINO

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

RG:

Nome:

CPF:

RG:

APÊNDICE 1 DO ANEXO III

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, SIGILO E USO

A Contratada, inscrita no CNPJ sob o número 00.171.258/0001-50, com sede em Brasília/DF, doravante designada Signatário, neste ato representada por JEAN DE MELO VITORINO, inscrito(a) no CPF sob o número 030.157.401-48, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

JEAN DE MELO VITORINO, inscrito(a) no CPF sob o número 030.157.401-48, doravante designado(a) Signatário, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade, Sigilo e Uso é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva e/ou sob controle do Contratante reveladas ao Signatário ou por ele acessada em função da execução do objeto do contrato 26/24.
2. A expressão "informações restritas" abrange toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: dados pessoais, técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, marcas e modelos utilizados, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, vulnerabilidades existentes, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outros.
3. O Signatário compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do Contratante, das informações restritas reveladas ou acessadas.
4. O Signatário compromete-se a não utilizar, de forma diversa da prevista no contrato celebrado com o Contratante, as informações restritas reveladas ou acessadas.



5. O Signatário deverá cuidar para que as informações reveladas ou acessadas fiquem limitadas ao conhecimento próprio.
6. O Signatário obriga-se a informar imediatamente ao Contratante qualquer violação das regras de confidencialidade, sigilo e uso estabelecidas neste Termo de que tenha tomado conhecimento ou que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.
7. A quebra da confidencialidade, do sigilo ou das condições de uso das informações restritas reveladas ou acessadas, por ação ou omissão do Signatário, devidamente comprovada, sem autorização expressa do Contratante, sujeitará o Signatário às consequências legais e sanções cabíveis, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Contratante, inclusive os de ordem moral, bem como às responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.
8. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretroatável e suas obrigações perdurarão inclusive após o término da vigência do contrato mencionado no item 1 deste instrumento.
9. O Signatário manifesta explícita ciência e se compromete a observar as seguintes normas de segurança, privacidade e proteção de dados do Contratante, cuja cópia recebeu.
- E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente Termo, o Signatário assina o presente Termo.

Santa Bárbara d'Oeste, 06 de Dezembro de 2024.

APÊNDICE 2 DO ANEXO III - TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.90003/2024

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D'OESTE

CONTRATADA: EXCELLENCE COMERCIAL LTDA

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 26/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de aparelhos de ar-condicionado e cortinas de ar, incluindo serviços de desinstalação de aparelhos usados e infraestrutura, com fornecimento de materiais, insumos e mão de obra, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência e anexos.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

Rodovia Luís Ometto (SP306), nº 1001 – Dona Margarida

CEP: 13451-902 – (19) 3459-8900 – doe@camarasantabarbara.sp.gov.br



1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e conseqüente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Santa Bárbara d'Oeste, 06 de Dezembro de 2024.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: PAULO CÉSAR MONARO

Cargo: PRESIDENTE

CPF: ***.595.04*.-**

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: PAULO CÉSAR MONARO

Cargo: PRESIDENTE

CPF: ***.595.04*.-**



Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: PAULO CÉSAR MONARO

Cargo: PRESIDENTE

CPF: ***.595.04*-**

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: JEAN DE MELO VITORINO

Cargo: DIRETOR

CPF: ***.157.40*-

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: PAULO CÉSAR MONARO

Cargo: PRESIDENTE

CPF: ***.595.04*-**

Assinatura: _____

GESTOR DO CONTRATO:

Nome: OMAR DAMIÃO TAVARES

Cargo: TÉCNICO DE COMPRAS E ALMOXARIFADO

CPF: ***.598.50*-**

Assinatura: _____



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA

A empresa EXCELLENCE COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por meio de seu(sua) representante legal, Senhor(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____, expedida pelo _____, e CPF nº _____, DECLARA, para os fins do disposto no subitem **2.11 (vistoria)** do Edital – Instrumento Convocatório do Pregão Eletrônico nº 90003/2024, que tem pleno conhecimento de todas as condições, peculiaridades e grau de dificuldade existentes para execução do objeto constante do Edital e seus Anexos, nos termos do art. 63, § 3º da Lei nº 14.133/2021, assim como, que está ciente de que não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Santa Bárbara d'Oeste, ____ de Dezembro de 2024

Nome do(a) Representante Legal



Diário Oficial Eletrônico da Câmara Municipal de Santa Bárbara d'Oeste

Santa Bárbara d'Oeste, terça-feira, 10 de dezembro de 2024

Ano VIII | Edição nº 1050 | Página 13 de 13

ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS

Serviço	Quantidade de Aparelhos (G)	Custo do aparelho (unitário) (H)	Custo dos Aparelhos (total) (I)=(GxH)	Infraestrutura (em metros lineares) (J)	Custo da Infraestrutura (por metro linear) (K)	Custo da infraestrutura (total) (L)=(JxK)	Custo da Mão de obra (M)	Total (I+L+M)
A – Substituição de 3 aparelhos cassetes de 60.000 btus (tipo 1);	3	16.831,14	50.493,42	67	189,01	12.663,67	9.335,29	72.492,38
B – Substituição de 3 aparelhos tipo Split de 30.000 btus (tipo 2);	3	7.225,49	21.676,47	22	150,53	3.311,66	5.230,21	30.218,34
C – Substituição de 3 aparelhos tipo Split de 24.000 btus (tipo 3);	3	5.941,90	17.825,70	24	148,71	3.569,04	4.422,66	25.817,40
D – Substituição de 36 aparelhos tipo Split de 12.000 btus (tipo 4);	36	3.391,73	122.102,28	246	93,23	22.934,58	19.851,21	164.888,07
E - Instalação de 2 aparelhos tipo Split de 30.000 (tipo 2) e 12.000 btus (tipo 4);	1 (30.000 btus)	7.225,49	7.225,49	8	215,22	1.721,76	2.115,68	11.062,93
	1 (12.000 btus)	3.391,73	3.391,73	5	306,48	1.532,40	1.720,18	6.644,31
F - Instalação de 5 cortinas de ar, sendo três de 180cm e duas de 90 cm.	3 (180 cm)	1.699,26	5.097,78	0	-	-	1.040,20	6.137,98
	2 (90 cm)	849,20	1.698,40	0	-	-	1.040,19	2.738,59
VALOR TOTAL DA PROPOSTA								320.000,00

Valor da proposta: R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais)

Santa Bárbara d'Oeste, ____ de Dezembro de 2024.

[Assinatura do Representante legalmente constituído]

Nome da Empresa: EXCELLENCE COMERCIAL LTDA

CNPJ: 00.171.258/0001-5

Nome do Representante: JEAN DE MELO VITORINO

RG: 5245338